



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA: UMA METODOLOGIA EM FAVOR DO PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES

INFORMATION MEDIATION IN THE FEMINIST FREE UNIVERSITY: A METHODOLOGY IN FAVOR OF WOMEN'S SOCIAL PROTAGONISM

Joelma da Silva Oliveira - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Gisele Rocha Côrtes - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo expõe resultados parciais de uma pesquisa cujo problema tem como foco a contribuição da mediação da informação pela Universidade Livre Feminista (ULF) para o protagonismo social das mulheres. Possui como objetivo apresentar a Universidade Livre Feminista, uma ambiência informacional de cunho feminista, produtora e mediadora de conteúdos informacionais que visam promover o protagonismo social das mulheres. Metodologicamente, a pesquisa foi ancorada na abordagem qualitativa, para a qual realizamos o levantamento documental em autores/as que discutem sobre os conceitos em questão, além de entrevista com uma participante da Coordenação para alcançar elementos que evidenciem a interface da mediação da informação e o protagonismo social das mulheres. Constatamos, em nossa investigação, que, como unidade informacional, a Universidade Livre Feminista vem colaborando para o protagonismo social das mulheres participantes do seu processo formativo. Verificamos que a Universidade é um ambiente de transformações de diversas ordens para que as mulheres se empoderem, especialmente, por meio do acesso à informação. Consideramos que a mediação consciente da informação no âmbito da Universidade Livre Feminista promove mudanças com vistas ao protagonismo social.

Palavras-chave: mediação da informação; protagonismo social; mulheres. Universidade Livre Feminista; Feminismo.

Abstract: This article exposes partial results of a research whose problem focuses on the contribution of information mediation by the Free Feminist University (ULF) for the social protagonism of women. It aims to present the Free Feminist University, an informational environment of feminist nature, producer and mediator of informational content that aims to promote the social protagonism of women. Methodologically, the research was anchored in the qualitative approach, for which we carried out a documental survey in authors who discuss the concepts in question, as well as an interview with a participant of the Coordination to reach elements that show the interface of information mediation and women's social protagonism. We verified in our investigation that, as an informational unit, the Free Feminist University has been collaborating to the social protagonism of women participants in its formative process. We verified that the University is an environment of transformations of several orders so that women can empower themselves, especially through the

access to information. We consider that the conscious mediation of information in the scope of the Free Feminist University promotes changes aiming at social protagonism.

Keywords: information mediation; social protagonism; women; Free Feminist University; Feminism.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres têm atuado para serem reconhecidas como sujeitos de direitos em distintos espaços e contextos sociais no Brasil e no mundo. A *práxis* do movimento feminista foi (é) fundamental para as mulheres conquistarem autonomia e cidadania. A mediação de conteúdos informativos, pautados na desnaturalização de esquemas hegemônicos de gênero, os quais alocam às mulheres uma situação de desigualdade social, configura-se como um dos eixos da ação feminista. Conforme Matos (2015), é possível afirmar a existência de muitos feminismos, e não, de apenas um. "O feminismo pode ser considerado um movimento social, um campo de produção de conhecimento fortemente teorizado e disputado e uma visão emancipatória de mundo" (MATOS, 2015, p. 150).

Nesse sentido, esta pesquisa objetiva apresentar a Universidade Livre Feminista (ULF), uma ambiência informacional de cunho feminista, produtora e mediadora de conteúdos informacionais que visam promover o protagonismo social das mulheres. A UFL nasceu em 2009, como uma estratégia de formação e promoção de atividades educativas do movimento feminista na modalidade a distância. Foi criada no Brasil, nos moldes das antigas universidades livres europeias, organizadas a partir do final do Século XIX por movimentos de trabalhadores e trabalhadoras em luta contra a opressão capitalista. Essas universidades têm sido reorganizadas recentemente em vários países, como a Espanha, pautando sua metodologia em atividades formativas, sem o formato de aula tradicional e com a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Pressupõe-se que a equipe da ULF tem uma ação protagonista, pois se dinamiza como um projeto de mudança, resistência e enfrentamento aos antagonismos da sociedade patriarcal. Como será apresentado posteriormente, as ações formativas têm caráter político e dialógico e abordam os esquemas dominantes de gênero, propondo e incentivando a ação coletiva das mulheres por meio de vários processos formativos.

Esta pesquisa empreende um movimento de interface entre a mediação da informação, o protagonismo social e o campo empírico da Universidade Livre Feminista e concebe que a unidade informacional promove o protagonismo social das mulheres,

especialmente por ter como base a formação política como fundamental para o fortalecimento dos movimentos feministas e das mulheres.

As relações entre os gêneros permeiam qualquer interação social e são baseadas em desigualdades, por isso é importante estudar os impactos sociais e culturais que os processos de informação trazem para as mulheres (ESPÍRITO SANTO, 2008). Nessa direção, as tecnologias de informação e comunicação tiveram e continuam tendo grande impacto social e transformaram a informação em um dos bens mais valorizados e procurados na sociedade, uma condição básica e crescente para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural dos indivíduos. Nessa direção, compreender as relações de gênero e analisá-las no contexto da Ciência da Informação implica descortinar as múltiplas realizações das mulheres nas esferas educacional, cultural, política, econômica e social e visibilizar as experiências ocultas na história (CÔRTEZ; ALVES; SILVA, 2015). A atuação da ULF caracteriza um percurso dialógico, formativo e político, pautado na construção coletiva, com vistas a dar voz às mulheres. Assim, a mediação da informação se concretiza como intervenção intencional para o protagonismo social das mulheres. Nesse sentido, autoras da Ciência da Informação, como Espírito Santo (2008); Crippa (2011); Farias (2014) e Gomes (2017, 2019) são referências relevantes para o estudo com a interface das mulheres interlocutoras da ULF e a mediação da informação, com vistas a favorecer o protagonismo social das mulheres.

2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES

O termo mediação é polissêmico, porquanto tem distintos significados e definições. Nesta pesquisa, aborda-se a perspectiva de mediação sob a ótica de Santos Neto e Almeida Júnior (2014), que postulam ação de interferência, de alteração de sentidos e pontos de vista sobre os fenômenos, considerando que os (as) partícipes da ação protagonista dinamizam transformação sociais e subjetivas (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2014). Explicitam-se, nessa vertente, a não parcialidade e a não passividade da ação mediadora, em que os autores postulam a intencionalidade da mediação tanto do ponto de vista das interações pessoais quanto institucionais. Nessa direção, a mediação é uma ação que busca socializar informações, ampliar as visões de mundo dos agentes sociais e contribuir para gerar novos conhecimentos e práticas sociais. Marteleto (2009, p. 20) enuncia que “[...] a mediação implica sempre em um acompanhamento, controle e negociação por um ‘terceiro’, enquanto o sujeito que se beneficia de um processo de mediação é levado a aprofundar o seu próprio

ponto de vista e a descobrir outros.” Com base nessas asserções e postulando a informação como um constructo cultural e capaz de transformar mentalidades, concebe-se que a mediação da informação tem o poder de dirimir desigualdades e hierarquias vivenciadas por sujeitos subalternizados, como as mulheres.

Em decorrência de uma sociedade marcada pela ordem patriarcal de gênero, as desigualdades de gênero impactam diretamente a vida das mulheres em diferentes espaços sociais - na economia, na saúde, na política, no acesso à educação, dentre outros. Em 2018, o Brasil ocupava a 95ª posição, em uma lista de 149 países, no ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial (BRANT, 2018). Em relação ao mundo do trabalho, a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta a precariedade do emprego das trabalhadoras domésticas e a desvalorização da profissão - a baixa remuneração. No contexto da pandemia do coronavírus, a vulnerabilidade do trabalho doméstico se amplia e pode ser estendida a um cenário de, pelo menos, uma dupla vulnerabilidade (ONU MULHERES, 2020). A desigualdade de gênero também se revela quanto ao acesso às tecnologias da informação e comunicação. De acordo com a pesquisa ‘Nas rodas e nas redes’ (2020), realizada pela ULF, a sobrecarga de atividades das mulheres, sobretudo pelo acúmulo dos afazeres domésticos, gera um afastamento do universo tecnológico e digital e a falta de recursos para acessar as tecnologias de informação e comunicação. “O acesso à informação é um direito instrumental para combater a desigualdade de gênero, especialmente no que tange à promoção de uma vida livre de violência e de discriminação” (PAES, 2016, p. 6). E embora o acesso à Internet tenha se ampliado, em especial, com a popularização dos *smartphones*, por exemplo, ainda é notória, diante da lógica do mercado e do poder econômico, a desigualdade quanto à qualidade do acesso.

De acordo com o Relatório da Exclusão Móvel de Gênero 2018, estima-se que mais de 1,2 bilhão de mulheres em países de baixa e média renda não usam internet móvel. Esses dados refletem o nível do desequilíbrio em relação ao acesso das mulheres à Internet. O acesso à informação contribui para que elas conheçam seus direitos e possam exercitá-los amplamente. De acordo com Paes (2016, p. 6-7), “[...] ao mesmo tempo, o acesso à informação possibilita que as mulheres tomem decisões mais informadas e eficazes relacionadas aos seus direitos, em áreas como educação, saúde, trabalho, direitos sexuais e reprodutivos [...]”. Como um direito humano, a informação tem um papel determinante para que as mulheres possam exercer sua cidadania, seja participando ativamente da vida pública,

seja monitorando as políticas públicas ou interferindo nos processos de transformações da sociedade.

Esses exemplos reforçam as desigualdades de acesso à informação pelas mulheres e a importância da mediação consubstanciada pela ULF, que atinge mulheres de diversos estratos sociais, com ações específicas para as trabalhadoras domésticas. As relações de poder e o acesso à informação trazem implicações para toda a sociedade, particularmente para as mulheres que, em razão das desigualdades impostas - como a divisão sexual do trabalho, os cuidados com os afazeres domésticos, ou seja, a sobrecarga ou o acúmulo de funções - enfrentam mais desafios para acessar os recursos tecnológicos. Como consequência desse impedimento, as mulheres estão mais distantes de ações que promovam seu protagonismo social. Nessa direção, postula-se que a definição de Almeida Júnior (2015, p. 25) atinente à mediação da informação coaduna-se com a ação mediadora da Universidade Livre Feminista com vistas ao empoderamento das mulheres:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais [...] visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades.

Por meio dos processos formativos, que serão detalhados no tópico sobre o campo empírico da pesquisa, vislumbra-se que a ULF dissemina conteúdos informativos e formativos problematizadores da naturalização das desigualdades de gênero. A apropriação de novos conhecimentos contribui para fortalecer as mulheres em sua *práxis* em relação aos dispositivos de poder da sociedade patriarcal. Estimula a busca por novas necessidades informacionais balizadas em um agir como sujeitos de suas vidas e contribuir para a construção de uma sociedade justa, igualitária, não hierárquica, criativa e libertária.

É fundamental frisar que, nesta pesquisa, a abordagem sobre empoderamento segue as premissas de Sardenberg (2009), que considera que o empoderamento das mulheres implica libertá-las das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal. Isso quer dizer que o empoderamento deve ser pautado na busca pelo fortalecimento coletivo das mulheres e não, somente, individual. Nesse contexto, para abordar o protagonismo social, analisando sua interface com a informação, a mediação situa-se como uma ação central que coloca a informação em favor do desenvolvimento do protagonismo (GOMES, 2019). A autora explica que o caráter social da informação, como resultado da ação humana, concebe que o

movimento informacional contribui para o desenvolvimento e a *práxis* protagonista. Ainda de acordo com a autora, o processo interacionista, colaborativo e de compartilhamento requer em várias ações de mediação, dentre elas, a própria mediação da informação.

Nessa direção, aproximamo-nos das concepções teóricas de Perrotti (2017) e Gomes (2019) sobre a centralidade da ação mediadora na promoção do protagonismo social das mulheres. Segundo Perrotti (2017), o termo protagonismo "proto" (o principal, o primeiro) mais "agon/agonistes" (luta/o que luta, o lutador), "[...] graças a sua riqueza semântica, vem sendo usado em diferentes campos da ação social, em especial no âmbito das lutas por direitos de diferentes naturezas" (PERROTTI, 2017, p. 13). Considerando esse olhar, é necessário frisar a concepção de Gomes (2019) de que não há lutador/a isolado/a, e para que o protagonismo social aconteça, é importante que todos/as estejam envolvidos/as porque o exercício do protagonismo social "[...] Uma pessoa sozinha não tem forças para enfrentar o conjunto de elementos que causam a exclusão e a opressão, e resistir isoladamente não contribui para a mudança necessária que o protagonismo social aponta.

O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação. (GOMES, 2019, p. 11).

Com o intuito de ampliar as discussões sobre a mediação da informação, em direção ao protagonismo social, Gomes (2014, 2017) menciona cinco dimensões da mediação da informação: a dialógica, a formativa, a estética, a ética e a política. Na dimensão dialógica, segundo Gomes (2014, 2019), a mediação ocorre por meio das práticas de comunicação e do diálogo. Nesse processo dialógico, ocorre o encontro, a manifestação e a interlocução entre diferentes sujeitos sociais. A dimensão formativa é praticada na relação entre o/a mediador/a e os/as participantes da ação mediadora. Para essa dimensão, o/a mediador/a deve desenvolver habilidades e competências, com a intenção de compartilhar o conhecimento em favor do processo de aprendizagem e da apropriação da informação pelos/as sujeitos envolvidos na ação mediadora (GOMES, 2014). Na dimensão estética, como refere Gomes (2014, 2019), destacam-se o conforto e o prazer que o sujeito passa a ter no processo de comunicação em que a mediação da informação se configura. Nessa dimensão, sobressaem-se a empatia e o acolhimento dos/as envolvidos/as que, como agentes ativos, criam e agem,

também, na condição de mediadores/as da informação. Na dimensão ética, a mediação da informação foca a postura de acolhimento, atenção e cuidado do/a mediador/a para com os/as participantes envolvidos/a. A dimensão ética demanda o ouvir e o dialogar com o outro, em que se amplia a capacidade de escutar e de observar de forma sensível. Também reclama a adoção de princípios capazes de inibir a censura e o acesso à informação em desrespeito ao diferente, ao livre pensar e aos direitos sociais (GOMES, 2019). A dimensão política da mediação da informação propicia, segundo a autora, aos/as sujeitos envolvidos na ação de mediação à tomada de consciência sobre a sua situação de agentes políticos, que podem atuar visando à transformação de si e do mundo a sua volta. Essa dimensão é reconhecida no poder da mediação da informação de estimular a construção coletiva do processo humanizador do mundo, segundo Gomes (2019). Convém enfatizar que apresentamos, de forma sintetizada, as cinco dimensões elencadas por Gomes (2019) tendo em vista os objetivos do artigo. Gomes e Côrtes (2020) asseveram que a mediação da informação acerca do feminismo e das relações de gênero, em especial, no atendimento às mulheres em situações de risco e de desigualdade, requer uma ação consciente de mediação para o acesso, o uso e a apropriação das informações necessárias às lutas de resistência das mulheres.

3 CAMPO DE PESQUISA

Oficializada em 2012, a Universidade Livre Feminista surgiu na perspectiva de ser um espaço de mediação e formação para mulheres com vistas a "[...] apoiar estratégias formativas e pedagógicas dos movimentos de mulheres e feministas de todo o país, enfrentando, inclusive, as dificuldades financeiras e políticas que hoje afligem várias organizações" (SILVA, 2014, p. 117). Desse modo, desempenha uma atuação de forma posicionada, colaborativa, compartilhada e inclusiva contra as opressões dos sistemas patriarcal, racista, capitalista e heteronormativo, contribuindo para a participação e a construção coletivas que considerem a diversidade das mulheres no que se refere à raça/etnia, à geração, à orientação sexual, à classe social, entre outras diferenças, utilizando os recursos das novas tecnologias, cujo uso, embora ainda se coloque como um desafio para as mulheres, assume, por outro lado, grande importância como aliado de processos que buscam alcançar o empoderamento e o protagonismo social das mulheres. No caso da ULF, a utilização das tecnologias evidencia-se desde seu surgimento. A decisão por realizar um processo formativo virtual deveu-se ao

desejo de alcançar as mulheres de várias partes do Brasil, sobretudo com engajamento dos grupos e dos movimentos sociais.

A gestão da Universidade Livre Feminista é compartilhada entre três organizações feministas: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), uma organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos, com 25 anos de atuação; a Cunhã Coletivo Feminista, uma organização social sem fins lucrativos, que atua na cidade de João Pessoa (PB), no Nordeste do Brasil, desde 1990, e cuja missão é de promover a igualdade de gênero, baseada na defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia; e o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil. Como é um projeto colaborativo, a Universidade Livre Feminista é composta de mulheres que integram sua Rede de Colaboradoras, um grupo de 32 ativistas feministas (educadoras, artistas, trabalhadoras de ONGs, professoras universitárias, ativistas de movimentos, comunicadoras, entre outras), que atuam em diversos espaços e, voluntária ou eventualmente contratadas, realizam ações e atividades dos projetos da Universidade. A descrição de cada organização parceira indica que todas perseguem um objetivo comum: o de enfrentar as desigualdades de gênero, numa visão antirracista e anticapitalista¹.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

No nível de sua abordagem, a pesquisa é qualitativa, por tratar de um enfoque para "[...] compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam [...]" (SAMPIERI, COLLADO; LÚCIO (2013, p. 376). Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2009). É exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos utilizados para coletar os dados, caracteriza-se como bibliográfica e documental, tendo em vista o levantamento de dados nos documentos no portal da Universidade Livre Feminista, com o objetivo de compreender bem mais a interface da mediação da informação e do protagonismo social, por meio do processo formativo para as

¹ Maiores informações: <http://www.feminismo.org.br>

mulheres, entrevistamos uma representante da Coletiva Dinamizadora,² da Universidade Livre Feminista.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no que abordamos, a Universidade Livre Feminista dispõe de conteúdos formativos para apoiar a mediação da informação e é referência para promover o protagonismo social. Nesse universo, a atuação da Universidade Livre Feminista se dinamiza em várias frentes e consolidou um trabalho que se alinha ao pensamento de Piscitelli (2002, p. 10) de que as feministas "[...] criaram um sujeito político coletivo - as mulheres - e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a subordinação". Um sujeito coletivo que aspira enfrentar a subordinação, buscando ferramentas teóricas para explicar as causas dessa subordinação, no caso em estudo, por meio da informação. Hoje, cerca de 3.000 pessoas estão inscritas na rede, e quase 5.000 acessam diariamente o portal de notícias. Na plataforma virtual www.feminismo.org.br estão disponíveis materiais e conteúdos como artigos, pesquisas, cartilhas, livros e vídeos produzidos pelas participantes e por pesquisadores/as. Recorrendo às novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, são promovidos fóruns virtuais de debate, cursos *online* e campanhas.

Quadro 1: Cursos realizados na Universidade Livre Feminista

CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	PROPONENTE
Diálogos Ativistas sobre Autocuidado	Maio a agosto/2011	Universidade Livre Feminista
Menos informalidade, mais direitos no trabalho para as mulheres brasileiras	Abril/2012	SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
Reflexões feministas sobre o sistema político (1ª edição)	Abril a junho/2012	Fundo para a Igualdade de Gênero
Reflexões feministas sobre o sistema político (2ª edição)	Agosto a outubro/2012	Fundo para a Igualdade de Gênero
Feminismo prá quem tá chegando – 1ª edição	Junho a outubro/2014	Universidade Livre Feminista
Trilhas Feministas na Gestão Pública	Agosto a dezembro/2014	Universidade Livre Feminista

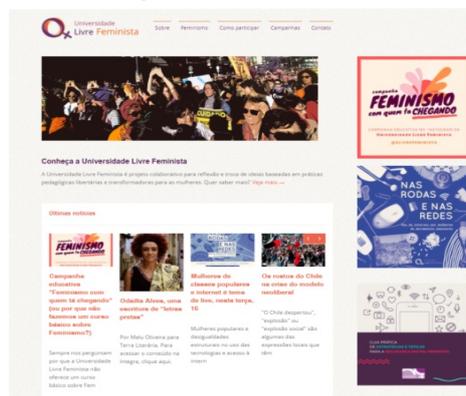
² Sua função é de coordenar politicamente a ULF, reunindo esforços, fomentando diálogos, angariando recursos e buscando expandir a rede da ULF. Atualmente, a ULF é composta por feministas das três organizações que apoiam a Universidade Livre (Cfemea, SOS Corpo e Cunhã Coletivo Feminista) e pelas integrantes da Secretaria Executiva.

Diálogos Arte, Política e Feminismo	Dezembro/2014 a março/2015	Universidade Livre Feminista
Feminismo pra quem tá chegando – Livre	Janeiro a março/2015	Universidade Livre Feminista
Feminismo prá quem tá chegando – 2ª edição	Janeiro a março/2015	Universidade Livre Feminista
Diálogos Feministas: Conjuntura Política Anti-direitos	Maio a julho/2015	CFemea e Universidade Livre Feminista
Curso Feminismo e Cotidiano	Junho a agosto/2015	Universidade Livre Feminista
Diálogos Feministas: formas, práticas e estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres	Outubro a dezembro/2016	Universidade Livre Feminista

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Para além das formações, que demandam uma estrutura maior de organização e realização, existe um trabalho de comunicação amparado na importância de se utilizarem as redes sociais, hoje também responsáveis por disseminar a informação e de alcance significativo. O *Facebook* e o *Instagram* têm assumido um importante papel na divulgação dos conteúdos das campanhas e servido de espaço de interação entre a ULF e o público, particularmente na realização das *lives*.

Figura 2: Site da ULF



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Figura 3: Campanhas desenvolvidas pela ULF



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Figura 4: Instagram da ULF



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Figura 5: Facebook da ULF



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As redes sociais *Facebook* e *Instagram* mobilizam seguidores/as que acompanham os eventos oferecidos e participam deles. Hoje, a página do *Facebook* tem 21 mil pessoas, e o *Instagram*, 3.800 seguidores/as. Esses/as têm acesso aos diversos conteúdos, que são o resultado de escolhas políticas da ULF. O processo de escolha pelos conteúdos a serem trabalhados evidencia o que Matos (2015) considera parte de um projeto emancipatório. E nesse intento de emancipação, os grupos de mulheres e os movimentos feministas têm usado as novas ferramentas tecnológicas não apenas do ponto de vista técnico, mas também e principalmente, educativo e pedagógico, com o exercício da dimensão dialógica da mediação da informação (GOMES, 2014, 2019). O empenho da colaboração entre as organizações mantenedoras do projeto demonstra a importância da formação, sobretudo com o uso dos recursos tecnológicos tão presentes e essenciais no mundo de hoje. Sobre isso, Cristina Lima entrevistada participante da coordenação da ULF afirma:

Queremos ir além, criando um espaço de ensino-aprendizagem que, utilizando novas tecnologias de informação e comunicação, mescle recursos de Educação à Distância e processos presenciais de educação e mobilização dos movimentos sociais, em especial, os movimentos feministas. Pretendemos assim, operar como uma rede social, de comunicação, informação e formação feminista libertária. (LIMA, 2021)

As enunciações da entrevistada evidenciam que os cursos realizados pela ULF dialogam com as cinco dimensões preconizadas por Gomes (2014, 2017, 2019). Os conteúdos apresentados no Quadro 1 caminham na perspectiva de uma mediação que oportuniza o protagonismo social das mulheres partícipes do processo formativo. Essa constatação está

reforçada na entrevista da participante da Coordenação da ULF, ao relatar que a *práxis* educativa feminista é a base metodológica da Universidade.

A *práxis* educativa feminista é a nossa base metodológica. Nela, a experiência vivida a partir das relações sociais de gênero, raça e sexualidade tem um lugar central, fazendo valer a máxima “o pessoal é político”. A *práxis* educativa feminista, por sua vez, tem fortes referências na pedagogia de Paulo Freire, o que significa que acreditamos que o diálogo e a experiência dos sujeitos são geradores de um processo reflexivo e de autoconscientização voltado para uma ação transformadora da realidade. Estes são, portanto, temas que compõem e/ou comporão o conjunto de atividades desenvolvidas pela Universidade Livre, em diálogo com outros elementos que dizem respeito à situação sociopolítica das mulheres e ao feminismo antirracista e anticapitalista que intentamos construir. Na plataforma dos cursos oferecidos, é possível ter acesso a textos, vídeos e publicações diversas, além de podermos produzir e compartilhar conhecimentos e outras produções em diversas linguagens. (LIMA, 2021)

Observam-se, na fala da entrevistada, a dimensão formativa da mediação da informação e a dimensão dialógica:

Nosso foco tem a metodologia centrada no diálogo, estudo e compartilhamento de práticas e reflexões coletivas, no intuito da promoção do autoconhecimento". Temos buscado promover o autoconhecimento, assim como o encontro, o cuidado e o acolhimento entre as participantes. (LIMA, 2021)

Percebe-se aqui a presença da dimensão ética da mediação da informação, o que sinaliza para a dimensão estética, que favorece um ambiente de confiança e provoca um sentimento de pertencimento dos sujeitos, aqui representados pelas mulheres. Os conteúdos compõem o conjunto de atividades desenvolvidas pela Universidade Livre Feminista, em diálogo com outros elementos que dizem respeito à situação sociopolítica das mulheres e ao feminismo antirracista e anticapitalista, o que está em consonância com a dimensão política da mediação da informação. O processo mediador da ULF é realizado, de forma significativa, por meio dos dispositivos. De acordo com Borges e Olinto (2018, p. 1632-1633), "[...] a dinâmica da sociedade contemporânea baseada na informação, com ênfase em sua dimensão digital, apoiada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC)", constitui um processo que, há algum tempo, é destacado como tema de reflexão e análise nas agendas de pesquisa (BORGES; OLINTO, 2018).

Matos (2015) enuncia que, para fazer seu projeto emancipatório, os distintos feminismos se esforçam para produzir respostas que, embora diferentes entre si, contenham novos patamares sociais e políticos a respeito de igualdade, direitos, justiça social, autonomia,

autorrespeito, autorrealização e liberdade. Esses resultados apontam que a ULF tem a experiência de acessar os equipamentos informacionais, o que hoje é possível, tanto presencialmente quanto a distância (ALMEIDA JÚNIOR, 2015). E a mediação da informação está presente em cada parte do processo, desde as formações realizadas até a utilização das redes sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da ULF pauta-se numa dinâmica de trabalho que entrelaça a informação com o pensamento feminista em direção à emancipação das mulheres. Para alcançar essa finalidade, a gestão político-administrativa conduzida por três organizações que comungam da mesma *práxis* - "feminista, antirracista, anticapitalista" - ressalta a importância da informação e do protagonismo social das mulheres. O conjunto de iniciativas mediadoras desenvolvidas pela ULF aponta para o protagonismo social, em conformidade com as dimensões apresentadas por Gomes (2014, 2017, 2019). As ações da ULF promovem a interação social entre as mulheres. Sob essa perspectiva, entendemos o conceito relacional de protagonismo como uma dimensão que transcende o pessoal, por ser plural e interagir e colaborar com o/a outro/a. A *práxis* da ULF é coletiva e busca estratégias para enfrentar uma trajetória histórica de silenciamentos e exclusão das mulheres por intermédio da informação e da comunicação. A ULF, como uma unidade informacional, é um ambiente que cria coletivamente ações, promove a escuta e o diálogo para que as mulheres se empoderem, especialmente, por meio do acesso e da apropriação da informação. Assim, ao mediar conscientemente a informação, promove mudanças com vistas ao protagonismo social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e a organização do conhecimento: Interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

BORGES, Luís Cláudio; OLINTO, Gilda. Diferenças, desigualdades e sujeitos informacionais subalternos em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual

de Londrina, 2018. p. 1630-1645. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124823>. Acesso em: 22 maio 2021.

BRANT, Danielle. Brasil cai para 95º em ranking de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial. **Folha de São Paulo**, 17. dez. 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018>. Acesso em: 08 maio 2021.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/enancib2015/>. Acesso em: 22 maio 2021.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <ttp://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119412>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389>. Acesso em: 04 abr. 2018.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. **Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/TrabalhoConclusao>. Acesso em: 05 jun. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/>. Acesso em: 12 maio 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 13 jun. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: UFBA, 2017.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação Consciente da Informação e Protagonismo Social das Mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In: ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá; CÔRTEZ, Gisele Rocha; MELO, Daniella Alves (org.). Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 122-201.

MARTELETO, Regina Maria. Jovens, violência e saúde: construção de informação nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: Revista Eletrônica de**

Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MATOS, Marlise. Feminismo. *In*: FLEURY-TEIXERIA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (org.). **Dicionário Feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ONU MULHERES. **Estudo revela aumento da situação vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas durante a pandemia**. 10 jun. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PAES, Bárbara. **Acesso à informação e direito das mulheres**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: UFBA, 2017. p. 11-26.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández.; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O conceito de mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br>. Acesso em: 08 maio 2021.

SARDENBERG, Cecília. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective**. Brighton: Institute of Development Studies: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, 2009.

SILVA, Carmen (org.). **Mais direitos e mais poder para as mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

SOARES, Denise; BARROSO, Milena. "Se eu puder aprender isso aqui, eu não vou mais para o bando das panelas": o (não) uso da internet por mulheres populares em Parintins-AM. *In*: BRANCO, Sophia; LIMA, Cristina (org.). **Nas rodas e nas redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares**. Brasília: Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2020. p. 21-42.